

Apresentação Dossiê Direitos Humanos e Relações Raciais Agência Negra no limiar do século XXI

Vantuil Pereira
Professor Associado do NEPP-DH e do PPDH;
Vice-Diretor NEPP-DH e do
Coletivo de Docentes Negras/os da UFRJ.

Em um dos clássicos inaugurais dos estudos étnicos norte-americanos e da negritude, W. E. B. Du Bois apontou com muita argúcia que a grande questão do século XX era o problema da linha de cor¹. De fato, há pouco mais de 40 anos a população negra daquele país havia saído da escravidão, depois de uma sangrenta guerra civil que envolvera o Sul e o Norte. Tal frase seria repetida por Estanislau Fischlowitz² sobre o Brasil, quando da realização da Conferência Nacional do Negro (1949). Para o autor, o século vindouro representaria a ascensão e repercussão do debate racial em nosso território. A diferença estaria no fato de que, diferentemente do que acontecera primeiro na América do Norte, já teriam se passado mais de 50 anos, sem que tivéssemos a envergadura intelectual idêntica daquele país.

Embora vozes críticas potentes que se opunham ao *status quo* como as de Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos ecoassem em relação ao tratamento dispensado ao negro e a forma mimética presentes nos estudos de sociologia, de antropologia e de história, elas ainda não tinham repercutido a ponto de criar uma escola de estudos raciais no Brasil cuja centralidade fosse escancarar a dura realidade vivida pelas pessoas de cor em nosso país, as crescentes assimetrias e o alijamento social e cultural. Faltava uma massa crítica, muito reprimida e invisibilizada pelos esforços estatais de supressão da presença negra na academia ou pelo insistente projeto de uma democracia racial e de um modelo autoritário que buscava forjar uma mestiçagem que tinha como objetivo, a longo prazo, de embranquecer a nossa população.

Foram necessários mais de 50 anos até que pudéssemos romper a bolha que circundava o debate racial e o conjunto de práticas racistas. Para tanto, foi preciso que o movimento negro metesse o “pé na porta” para se fazer ouvir. Tanto ele como o

¹ DU BOIS, W. E. B. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021, p. 15.

² FISCHLOWITZ, Estanislau. “O século da questão racial” In: NASCIMENTO, Abdias. *Relações de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950.

conjunto da sociedade e dos movimentos sociais emergiram como atores políticos capazes de se fazerem presentes na política e na vida nacional.

A maturação da sociedade e os ventos renovadores iniciados em finais dos anos 1970 criaram um ambiente promissor para que uma nebulosa social renovadora invadisse a sociedade, e porque não dizer, a academia, lócus histórico de reprodução do *status quo* dominante e hegemônico.

Coube ao movimento negro infligir severas críticas aos mecanismos reprodutores de desigualdade, pois a academia era um dos lugares privilegiados desta exclusão, seja pela baixíssima presença de pessoas negras nos bancos universitários e na docência, seja pelos modelos herdados que excluía epistemologias alternativas. Sob este ponto de vista, a universidade no Brasil sempre serviu como o lugar de reprodução de valores elitistas. O pensamento crítico, quando vingava, era exercido por pessoas brancas.

As lutas inauguradas com o advento da democratização abriram um novo ambiente que, numa luta quase que diária, mostrava a vitalidade e a capacidade criativa de negras e negros para a construção de novos ambientes de conhecimento. O fato é que agora a balança também pendia para o lado dos subalternos que podiam falar e se colocar na sociedade, ainda que isso representasse um longo caminho a ser trilhado.

A vitalidade e a resistência foram fundamentais para que, ao longo da década de 1980, até 1995, o movimento negro contemporâneo acumulasse forças para que, por ocasião das comemorações dos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares, pudesse se unir em torno de objetivos comuns: protestar e reivindicar um lugar ao sol para as negras/os em nosso país.

Como fruto dessas pressões, o estado brasileiro reconheceria oficialmente, em 1996, o peso do passado escravista e do persistente racismo como responsáveis pelas desigualdades sociais e assimetrias entre brancos e negros, causando um entrave no desenvolvimento do país.

Tudo isto resultou em uma forte mobilização envolvendo a sociedade civil e o Estado brasileiro nos preparativos da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban em 2001. O que queremos destacar aqui é o entrelaçamento fundamental entre a

participação social e o interesse do Estado em promover políticas públicas voltada para a população negra. O envolvimento estatal foi central não somente para garantir a participação protagonista da delegação brasileira como um todo, como nos leva acreditar que tal disposição é central para que as políticas realmente aconteçam.

O caminho que vem sendo trilhado desde então revela novas faces das relações raciais no Brasil. As políticas de cunho antirracistas adotadas desde o início dos anos 2000, tais como as leis 10.639/03, 10.645/08 e o Estatuto da Igualdade Racial, vêm apontando para a criação de instrumentos imprescindíveis para iniciarmos o enfrentamento das assimetrias em nossos país.

A face mais “revolucionária” pode ser atribuída à adoção de cotas raciais nas universidades públicas federais, proporcionando a entrada de jovens negros e pobres nos bancos acadêmicos. Elas promoveram o debate público em torno da existência do racismo, bem como revelou a contrariedade não só de segmentos historicamente colocados em lugares de poder, como também os temores de setores que propugnavam a opressão de classe como a espinha dorsal da realidade brasileira, secundarizando a dura realidade de mulheres e homens negros/os em nosso país, o que, por seu turno, escamoteava o lugar privilegiado que segmentos médios de esquerda se encontravam em relação à população negra como um todo.

Mais: dava início à desconstrução da captura da fala dos segmentos subalternos promovida por setores intelectuais que, mesmo críticos em relação ao quadro de assimetrias, se viam como os verdadeiros donos da temática. A entrada de negros no debate, segundo este pensamento, poderia ocasionar um “racismo reverso”, bem como fazer aflorar um tipo de manifestação conflituosa em nossa sociedade, caracterizada pela sua distinção em relação a modelos como o norte-americano.

Assim, para chegarmos ao período compreendido entre 2004 e 2020, momento em que as políticas antirracistas assumem um papel central na sociedade, é preciso destacar ainda que elas se deram em um contexto onde o próprio estado brasileiro se envolveu na questão, bem como a assunção de militantes do movimento negro aos quadros governamentais, institucionalizando as demandas originadas desde o final de 1970, tais como a proposta de cotas para acesso de negros/os ao ensino superior, uma vez que a educação superior em nosso país era vista como um diferenciador social

que separava negros e brancos nas hierarquias sociais, na distribuição de bens e acesso aos mesmos.

Ainda que sumariamente, podemos avançar um pouco mais ao considerarmos alguns aspectos:

1) O crescimento percentual de alunos negros (pretos e pardos). Alguns estudos indicam uma elevação do número de discentes de 15-20% para aproximadamente 60% nas universidades. Tal questão tem produzido mudanças substantivas, dentre as mais importantes destacaríamos a necessidade de novas políticas, tais como a) de permanência (residência estudantil; b) bolsas de pesquisa; c) política de enfrentamento à violência de gênero;

2) Outro aspecto destacado é a crescente demanda por parte dos estudantes, que levou ao surgimento de coletivos de estudantes negros. Tais coletivos tem sido fundamentais para o surgimento de demandas novas, pela defesa de novas políticas de enfrentamento ao racismo, tais como denúncias de fraudes, de posturas preconceituosas por parte de docentes, de abusos contra as mulheres etc.;

3) Engajamento maior de temáticas de gênero e das pautas LGBTI+ apontando para o entrelaçamento interseccional do tema, visto que as assimetrias identitárias perpassam temáticas variadas;

4) Renovação epistemológica com a entrada de novas possibilidades de saberes, tais como os estudos decoloniais, pós-coloniais e afrocentrados;

5) Maior interesse relacionado ao tema. Em levantamento recente notamos um crescimento vertiginoso de dissertações e teses relacionadas às relações raciais;

O que queremos dizer é que uma nova cultura política vem se forjando em razão do agenciamento negro, colocando em xeque o paradigma racista iniciado em finais do século XIX. Tal questão traz como consequência discussões que deverão entrar na ordem do dia, tais como o debate sobre as relações de poder e representatividade substantiva das/os negras/os, o que significa a ocupação de espaços em lugares de decisão.

Ao nosso juízo os trabalhos os trabalhos apresentados neste dossiê estão inseridos neste novo ambiente dos estudos raciais. Contudo, trata-se de um imbricamento entre as tradições iniciadas nos anos 1980 e as novas gerações de pesquisadores e intelectuais. Eles representam um marco no sentido de colocar em evidência as diversas possibilidades de abordagem, sua espacialidade no campo de formação, bem como demonstram uma renovação teórico-metodológica cujo foco se articula entre uma nova compreensão da relação sujeito-objeto, onde os próprios negros podem falar de si, para si e sobre si. Do mesmo modo, espelha outro aspecto central se

queremos extrapolar o enfrentamento do racismo para além das raças dos que dela são vítimas, a perspectiva da identidade na política defendida por Walter Mignolo³.

Os artigos que compõem este dossiê, em uma perspectiva heurística, abordam as grandes questões relacionadas aos Direitos Humanos, às relações raciais e aos desafios a serem enfrentados em um programa de estudos de políticas públicas em direitos humanos.

Assim, o artigo de Adelmir Fiabini faz uma incursão na problematização em torno de debate das cotas raciais e as reações dos segmentos brancos que, atingidos pela redução de privilégios no acesso ao ensino superior, desfecharam fortes críticas ao processo. Ao mesmo tempo, aponta alguns gargalos existentes na política que abriram brechas para a incursão destes setores, com a inicial inexistência de controle em torno da autodeclaração. Encerra o artigo afirmando a necessária intervenção estatal para o enfrentamento das assimetrias raciais e nosso país.

O artigo de Fernanda Barros dos Santos produz uma reflexão em que articula o racismo e as possibilidades de olharmos o fenômeno internacionalmente. Para tanto, a autora valeu-se de estudos sobre o impacto da visão racial na sociedade francesa a partir do impacto sobre a cidadania, a guetificação e o preconceito em relação à presença de refugiados africanos naquele país.

Se o texto anterior faz uma incursão internacional, o artigo de Mylene Mizrahi aborda o funk a partir de diferentes perspectivas de cultura, questionando o tradicional e hegemônico poder de nomear eurocentrado. Salienta a autora outra perspectiva de cultura, a coletiva, surgida das entranhas dos desvalidos, expropriados e subalternos que, a partir de sua agência histórica, são capazes de produzir cultura.

Este dossiê também nos brinda com três ensaios que fazem percorrer temáticas variadas no campo das relações raciais. No primeiro, o octogenário professor Kabengele Munanga produz uma genealogia crítica do papel da universidade na luta antirracista, desnaturalizando uma certa visão idílica sobre o discurso acadêmico, mostrando as tensões envolvendo as políticas afirmativas para a população negra no acesso ao ensino superior. Como parte de suas análises, aprofunda e problematiza o conceito de raça e sua configuração atual a partir de um olhar sociológico, como

³ MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, Niterói, p. 287-324, 2008.

argumento e carregado de sentido político agenciado pelo movimento negro contemporâneo. Não poupa os acadêmicos no sentido de que muitos foram e são resistentes à abertura e arejamento da universidade aos segmentos subalternizados historicamente.

Já o ensaio assinado por Vantuil Pereira lança bases para um programa de estudos em políticas públicas em direitos humanos, articulando temas como o Estado, o sentido e direcionamento das políticas sociais nos últimos 40 anos. Aponta que o contexto atual, de redução do papel do Estado, de nova reconfiguração das lutas sociais e de uma conjuntura específica no Brasil impõe condicionantes para o desenvolvimento dos direitos humanos, indicando sua historicidade, e não produto de uma linearidade que muitos acreditaram estar em curso desde a Declaração de 1948. Por fim, indica caminhos de uma relação entre teoria e práxis acerca do papel dos sujeitos históricos para um efetivo caminho construtivo dos direitos fundamentais.

O texto de Maria Lourdes Siqueira é um tributo à ancestralidade. Para tanto, a autora faz uma incursão sobre a história da África, os antepassados e o papel destes na produção de uma sabedoria (conhecimento) próprio daquele continente. O ensaio é um profícuo diálogo com o que vem sendo produzido atualmente por intelectuais negras e negros africanos em torno de uma dimensão alternativa de conhecimento que não pretende superar o conhecimento europeu, mas demonstrar que ele é apenas uma possibilidade dentre várias outras. Para tanto ela sistematiza uma visão da afrocentricidade a partir de intelectuais africanos que, utilizando da tradição oral e da religiosidade, coloca em relevo autores como Cheikh Anta Diop, Joseph Ki-Zerbo, Sommona Valerie Ouedrago, Wangari Maathai, entre outros.

Na secção V, estão publicados “ensaios especiais” que foram submetidos para a revista através da chamada pública sobre “Barbárie e Genocídio Social em Tempos de Pandemia.” Todos trazem análise críticas de casos de violência de classe, raça e gênero que marcaram profundamente os anos 2020 e 2021. A partir de uma análise interseccional de políticas públicas, cultura e o papel da mídia durante a pandemia, Ingrid David Alves de Carvalho e Vitor Maurício dos Santos chamam nossa atenção para a necessidade urgente de visibilidade e apoio político para as lutas antirracistas. Laura Astrolabio dos Santos olha para as relações entre o neoliberalismo, neofascismo e o genocídio para mostrar como o Covid-19 foi instrumentalizado pelo Estado Brasileiro para intensificar, ainda mais, a força e abrangência da necropolítica no país. Jessica

Silva Tinoco Gimenez e Rejane Barbosa de Sousa Nogueira fazem um estudo de caso primoroso do Colégio Pedro II para analisar os efeitos da pandemia no campo da Educação, mostrando como os pais, ao achar que estavam defendendo seus filhos, apoiaram um projeto neoliberal de desmonte da Educação pública e supressão de direitos.

Dois ensaios fazem análises sensíveis e potentes de casos que tiveram grande repercussão na mídia durante a pandemia. Em seu ensaio, “Mirtes: uma análise do caso Miguel sob a perspectiva de gênero e raça”, Anny Estéfany Romão Ataíde de Souza e Ingrid David Alves de Carvalho olhem para o contexto de vida da Mirte Santana, a mãe de Miguel Otávio, menino com cinco anos que morreu após cair do 9º andar de um prédio de luxo em Recife para abordar os temas da invisibilidade da mulher negra e papel da mídia brasileira em pautas raciais. Dentro de um marco de pensar a violência contra mulheres no contexto pandêmico, Luíza Duque de Marins Silveira e Tatiana Bispo de Lira trazem um olhar interseccional para o caso da menina de dez anos de Espírito Santo que enfrentou diversas barreiras e injustiças profundas quando tentou interromper a gravidez que resultou de um estupro de seu próprio tio. Primeiro teve esse direito negado por médicos em seu estado e ao seguir para Recife para realizar o procedimento, foi vítima novamente de ataques e protestos de grupos contra o aborto.

O último bloco de ensaios traz críticas agudas à violência policial e racismo estrutural, destacando as conexões estreitas entre neoliberalismo, exploração e políticas da morte. No texto, “Operações policiais e COVID-19 nas favelas: quando o seguro não é ficar em casa”, Johnny Clayton Fonseca da Silva, Laíza da Silva Sardinha e Pedro Paulo Gastalho Bicalho fazem uma análise primorosa das políticas de segurança política no Rio de Janeiro e argumentam que as mesmas têm produzido consistentemente dor, morte e insegurança, que tem configurado a prática de genocídio da população negra e favelada. Destacam a importância da resistência e colaboração entre coletivos nas favelas a partir de uma discussão da construção e impacto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 635/RJ) no Supremo Tribunal Federal, ou “ADPF das Favelas Pela Vida”.

Se baseando nos marcos teóricos da necropolítica, racismo estrutural e interseccionalidade, Joseane Rodrigues dos Santos e Juliana Costa Vargas narram a catástrofe que tem resultado da falta de políticas públicas, apagamento de dados sobre desigualdades raciais e sociais no país (inclusive informação sobre raça/cor nos dados

da mortalidade e casos de Covid-19) e a longa história de negligência, violência e precarização das vidas dos negros. Alan de Jesus e André de Oliveira Sena Melo também destacam os efeitos da necropolítica, mas com um olhar direcionando ao desmonte do SUS e um estudo exploratório dos dados dos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde lançados de abril a junho de 2020. O último ensaio da série de Lariana Figueirido, Rafael Oliveira e Simone Ramos de Queiroz Silva traz uma crítica ao neoliberalismo a partir de uma análise interseccional e marxista da centralidade do trabalho, afirmando o trabalho, “para fins de análise, não de apologia.” A pergunta no título é uma provocação sagaz do cenário atual, no qual se repete ciclos de racismo, exploração, precarização e violência: “O que há de novo no mesmo de sempre?”

A entrevista com Renata Souza explicita seu engajamento na defesa dos direitos humanos, em especial durante o exercício da presidência da Comissão de Direitos Humanos da Alerj.

Por fim, temos uma potente resenha de Aline Pereira, que analisa a obra da escritora lusitana Grada Kilomba, colocando na cena analítica o papel das mulheres negras intelectuais e sua agência no enfrentamento ao racismo.

Boa leitura!